

Demonstrações financeiras

JF Investimentos S.A.

31 de março de 2024
com relatório do auditor independente

JF Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras

31 de março de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstrações de resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Edifício Walk Bueno Business
Rua T-55, N.930 - 11º Andar, Salas 1110 a 1115
Setor Bueno - Goiânia - GO - CEP: 74215-170

**Building a better
working world**

Tel: +55 62 3605-1100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e aos Administradores da

JF Investimentos S.A.

Bebedouro - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da JF Investimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 15 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S Ltda.
CRC-SP015199/F

A handwritten signature in black ink that reads 'Eric Piantino'.

Eric Horta Piantino
Contador CRC-MG107829/O

JF Investimentos S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de março de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	187	113
Partes relacionadas	6	4.195	4.195
Tributos a recuperar		9	5
Total do ativo circulante		4.391	4.313
Não circulante			
Tributos a recuperar		2	-
Investimentos	5	56.233	45.067
Total do ativo não circulante		56.235	45.067
Total do ativo		60.626	49.380

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		2	3
Partes relacionadas	6	28.726	20.021
Total do passivo circulante		28.728	20.024
Não circulante			
Partes relacionadas	6	15.000	28.607
Total do passivo não circulante		15.000	28.607
Patrimônio líquido	7		
Capital social		24.811	21.811
Ajuste de avaliação patrimonial		13.660	5.787
Prejuízos acumulados		(21.573)	(26.849)
Total do patrimônio líquido		16.898	749
Total do passivo e do patrimônio líquido		60.626	49.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JF Investimentos S.A.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(105)	(71)
Resultado com equivalência patrimonial	5	7.262	5.148
Resultado operacional		7.157	5.077
Receitas financeiras		308	104
Despesas financeiras		(2.190)	(2.863)
Resultado financeiro, líquido	8	(1.882)	(2.759)
Lucro antes dos impostos		5.275	2.318
Imposto de renda e contribuição social	9	-	-
Lucro líquido do exercício		5.275	2.318
Quantidade de ações		24.596.801	18.917.350
Lucro por ação		0,21	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JF Investimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	5.275	2.318
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo da investida	7.873	12.316
Lucro líquido do exercício	<u>13.148</u>	<u>14.634</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JF Investimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022	17.811	(6.529)	(29.167)	(17.885)
Aumento de capital	4.000	-	-	4.000
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	-	12.316	-	12.316
Lucro líquido do exercício	-	-	2.318	2.318
Saldos em 31 de março de 2023	21.811	5.787	(26.849)	749
Aumento de capital	3.000	-	-	3.000
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	-	7.873	-	7.873
Lucro líquido do exercício	-	-	5.275	5.275
Saldos em 31 de março de 2024	24.811	13.660	(21.573)	16.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JF Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes dos impostos	5.275	2.318
Ajustado por:		
Resultado com equivalência patrimonial	(7.262)	(5.148)
Variação cambial	302	691
Variação monetária	1.540	1.899
Juros sobre empréstimos	615	153
	<u>470</u>	<u>(87)</u>
Impostos a recuperar	(6)	(3)
Fornecedores	(1)	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>463</u>	<u>(92)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Dividendos recebidos	3.969	7.608
Aumento de capital em investidas	-	(4.961)
Liberação e recursos com partes relacionadas	-	4.195
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	<u>3.969</u>	<u>(1.548)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Recebimento de recursos com partes relacionadas	6.050	-
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	(13.408)	(2.450)
Aumento de capital	3.000	4.000
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	<u>(4.358)</u>	<u>1.550</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>74</u>	<u>(90)</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	113	203
Caixa e equivalentes no final do exercício	187	113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A JF Investimentos S.A. (“Companhia”) está localizada na Rua Coronel Cândido Procópio de Oliveira, nº 353, Sala 20, na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo, sendo esta uma sociedade por ações que tem como objeto social a participação, em caráter permanente ou temporário, no capital e nos resultados de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia ou acionista.

A Companhia é investidora das seguintes empresas:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
	<u>Percentual de participação</u>	<u>Percentual de participação</u>
Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações (“CMAA”)	6,62%	6,62%
Bússola Empreendimentos e Participações S.A (“Bússola”)	6,60%	6,60%

A CMAA está localizada na Rodovia BR 050 (KM 116) – área rural de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, é uma sociedade por ações que tem como objeto a participação em outras sociedades que produzam, comercializam e exportam açúcar, etanol, energia, CBIOS e outros derivados do processamento de cana-de-açúcar. A CMAA é controladora das seguintes empresas:

- Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. (“Vale do Tijuco”)
- Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A. (“Vale do Pontal”)
- Canápolis Açúcar e Etanol S.A. (“Usina Canápolis”)

A Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. (“Vale do Tijuco”) teve suas operações iniciadas em 12 de abril de 2010. A planta industrial da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. possui capacidade de moagem aproximada de 5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana.

A Vale do Pontal Açúcar e Álcool S.A. (“Vale do Pontal”) teve suas operações iniciadas em 01 de julho de 2006, e passou a ser controlada pela Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações em 01 de julho de 2018. A planta industrial da Vale do Pontal possui capacidade de moagem aproximada para 2,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana.

A Usina Canápolis teve suas operações de moagem iniciadas em 15 de maio de 2020 e passou a fazer parte do Grupo CMAA por meio de uma reorganização societária, a partir de 30 de setembro de 2020. Sua planta industrial possui capacidade de moagem aproximada de 2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Bússola Empreendimentos e Participações S.A. está localizada na Rodovia BR 050 S/N Km 121 Zona Rural, em Uberaba, no estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima fechada que tem como objeto a participação em outras sociedades que desenvolvam como atividade principal arrendamento e aluguel de imóveis próprios. A Bússola é controladora da Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Em 31 de março de 2024, a Companhia registrou capital circulante líquido negativo de R\$ 24.337. O principal impacto é decorrente do valor registrado no passivo circulante referente a partes relacionadas. Este passivo será liquidado mediante entrada de caixa por meio de distribuição de lucro. Caso os fluxos de caixa operacionais não sejam suficientes para a efetiva liquidação, a Companhia possui opção de captação de mútuos junto ao grupo CMAA.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que segue os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Data de aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 15 de agosto de 2024.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, quando tais avaliações são exigidas pela norma contábil.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 10 - Instrumentos financeiros.

3. Políticas contábeis

A seguir, apresentaremos um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidade contabilizada pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em empreendimentos controlados em conjunto (joint venture).

Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não o direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

O investimento controlado em conjunto é contabilizado por meio do método da equivalência patrimonial. Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do período da investida até a data em que o controle conjunto deixar de existir.

3.2. Imposto de renda e contribuições social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, até o exercício 2023. No exercício 2024, a Companhia mudou o regime de tributação para Lucro Presumido, com alíquotas de 32% de presunção de imposto de renda e contribuição social para receitas relacionadas à atividade.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

3.3. Instrumentos financeiros

3.3.1. Classificação e mensuração de ativos financeiros

O CPC 48 contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3.2. Redução no valor recuperável (Impairment)

A norma sugere um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. As referidas provisões são mensuradas em: perdas de crédito esperadas para 12 meses e perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

3.3.3. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subseqüentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. A Companhia não possui derivativos embutidos.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

3.3.4 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e partes relacionadas a pagar.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.3.5 Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

3.4. Redução ao valor recuperável (impairment)

3.4.1. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de março de 2024

3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A Administração da Companhia não identificou necessidade de constituição com base em algum evento passado.

3.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis às demonstrações financeiras

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de abril de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

CPC 50 - Contratos de Seguro

O CPC 50 é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 substitui o CPC 11. O CPC 50 se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O CPC 50 é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração;

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao CPC 23

As alterações ao CPC 23 esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Divulgação de políticas contábeis - Alterações ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis

As alterações ao CPC 26 (R1) fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, uma vez que a Companhia já divulga apenas as políticas contábeis materiais em suas demonstrações financeiras.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro

As alterações ao CPC 32 estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro

As alterações ao CPC 32 foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois.

3.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao CPC 06: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, foram emitidas alterações ao CPC 06 para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, foram emitidas alterações aos parágrafos 69 a 76 do CPC 26 (R1) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)

Em maio de 2023, foram emitidas alterações CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Caixa e bancos	42	113
Equivalentes de caixa	145	-
	<u>187</u>	<u>113</u>

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2024, essas aplicações referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, que são depositados em bancos de primeira linha, cuja taxa de remuneração é 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Elas não possuem data de carência, podendo ser resgatadas para fazer frente às necessidades imediatas de caixa da Companhia.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimentos

Composição dos saldos:

	%		
	Participação	31/03/2024	31/03/2023
Avaliados pelo método de equivalência patrimonial			
Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações	6,62%	50.192	39.439
Bússola Empreendimentos e Participações S.A.	6,60%	6.041	5.628
		<u>56.233</u>	<u>45.067</u>

A Companhia contabiliza seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

Movimentação dos saldos:

	CMAA	Bússola	Total
Saldo em 31 de março de 2022	29.531	719	30.250
Dividendos recebidos	(7.608)	-	(7.608)
Aumento de capital em investidas	-	4.961	4.961
Resultado com equivalência patrimonial	5.200	(52)	5.148
Ajuste de avaliação patrimonial – reflexo	12.316	-	12.316
Saldo em 31 de março de 2023	39.439	5.628	45.067
Dividendos recebidos	(3.969)	-	(3.969)
Resultado de equivalência patrimonial	6.849	413	7.262
Ajuste de avaliação patrimonial – reflexo	7.873	-	7.873
Saldo em 31 de março de 2024	50.192	6.041	56.233

Informações das investidas:

	31/03/2024		31/03/2023	
	CMAA	Bússola	CMAA	Bússola
Total de ativos	764.666	145.332	602.311	138.092
Total de passivos	6.486	53.801	6.550	52.825
Lucro líquido do exercício	103.496	6.264	78.632	(784)
Capital social subscrito e integralizado	503.892	85.001	503.892	85.001
Quantidade de ações detidas	83.258.941	4.651.794	83.258.941	4.651.794
Patrimônio líquido	758.180	91.531	595.761	85.267
Participação no capital social	6,62%	6,60%	6,62%	6,60%
Valor do investimento	50.192	6.041	39.439	5.628

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela Diretoria eleita anualmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concedeu ao pessoal chave da Administração remuneração ou outros benefícios.

b. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2024 e 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas referem-se basicamente a:

Ativo:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
JF Bricks Empeendimentos Imobiliários (a)	4.195	4.195
	4.195	4.195
Circulante	4.195	4.195
Não circulante	-	-

(a) Montante concedido à parte relacionada liquidado subsequentemente em maio de 2024, sem incidência de juros.

Passivo:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
JF Citrus Agropecuária (a)	35.792	34.252
Rio Grande Investimentos PTE. LTD. (b)	-	5.628
Jose Francisco F. Santos (c)	7.934	8.748
	43.726	48.628
Circulante	28.726	20.021
Não circulante	15.000	28.607

(a) Aquisição de determinados ativos de titularidade da JF Citrus Agropecuária S.A., no valor total de R\$ 68.988 que foram aportados como capital na Livakovic Participações S.A.. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia efetuou a venda de 50% da participação na Livakovic, no valor de R\$34.495 à Marseille Fundo de Investimentos em Participação Multiestratégia onde em contrapartida a Marseille efetuou a assunção de parte da dívida, junto a JF Citrus. O saldo restante está sendo pago em 7 parcelas anuais, atualizados pelo IPCA, com o primeiro pagamento em 25 de setembro de 2021.

(b) Montante concedido pela Rio Grande Investimentos PTE. LTD. que foi liquidado em maio de 2023. O contrato previa juros de 24,075% ao ano até 29 de março de 2019. Nesta data, o saldo devedor foi convertido em dólar e passou a ser atualizado pela taxa Libor USD mais 4,25% ao ano. O contrato também previa que os impostos a serem retidos sobre os juros serão descontados do valor devido.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Montante concedido pela parte relacionada, com juros de 2% a.a e vencimento em 27 de setembro de 2024.

Resultado:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Varição cambial sobre empréstimos	302	-
	302	-
Despesas financeiras		
Varição cambial sobre empréstimo	-	(691)
Juros sobre empréstimo com partes relacionadas	(615)	(153)
Varição monetária	(1.540)	(1.899)
	(2.155)	(2.743)

7. Patrimônio líquido

Capital social

Em 26 de abril de 2023 houve aumento de capital no valor de R\$ 3.000, passando de R\$ 21.811, representado por 21.810.500 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas, para R\$ 24.811 representado por 24.810.500 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas:

	<u>Em quantidade de ações</u>	
	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Marseille Fundo de Investimentos em Participações	24.810.500	21.810.500
Total	24.810.500	21.810.500

Distribuição de dividendos

A Companhia poderá deliberar, em reunião de acionistas, a respeito da distribuição dos lucros. Os lucros poderão ser distribuídos por meio de levantamento de balanços intermediários. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A destinação do lucro do exercício será deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras. Em função dos prejuízos acumulados, não ocorreram declarações e pagamentos de dividendos.

Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia possui saldo em patrimônio líquido de ajuste de avaliação patrimonial reflexo nas empresas investidas. Os ajustes referem-se aos efeitos de hedge de fluxo de caixa e outras movimentações realizadas diretamente no patrimônio líquido das controladas em conjunto.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Rendimento de aplicações financeiras	6	17
Variação cambial ativa	302	87
Total receitas financeiras	308	104
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	(615)	(153)
Variação cambial passiva	-	(778)
Variação monetária sobre empréstimos de partes relacionadas	(1.540)	(1.899)
Outras despesas financeiras	(35)	(33)
Total despesas financeiras	(2.190)	(2.863)
Resultado financeiro, líquido	(1.882)	(2.759)

9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/03/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.500	2.318
Exclusão da equivalência patrimonial	(6.804)	(5.148)
Adição variação cambial regime caixa	-	691
Base para cálculo do imposto de renda e contribuição social calculados a alíquota nominal - 34%	(1.304)	(2.139)
Imposto de renda e contribuição social a alíquota nominal	443	727
Efeito da não constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (a)	(443)	(727)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	-	-

- (a) Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social. As diferenças temporárias dedutíveis, os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. O saldo de prejuízos fiscais base para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos não registrados é de aproximadamente R\$ 16.932.

No exercício fiscal de 2024, a Companhia optou por tributar suas receitas pelo regime tributação de lucro presumido. Não há efeitos na apuração do 1º trimestre de 2024 pela fato das receitas da Companhia serem decorrentes principalmente de equivalência patrimonial.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	31/03/2024		31/03/2023	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	42	145	113	
Partes relacionadas	4.195	-	4.195	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	2	-	3	-
Partes relacionadas	43.726	-	48.628	-

b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2024, em relação à 31 de março de 2023.

c) Gerenciamento do risco financeiro

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31 de março de 2024, a Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Os principais riscos relacionados com a operação da Companhia são os seguintes:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado (juros e câmbio).

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e seu gerenciamento de capital.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estrutura do gerenciamento de risco

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, estabelecidas pelo Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	187	113
Partes relacionadas	4.195	4.195
	<u>4.382</u>	<u>4.308</u>

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez.

Não existe na história da Companhia registro de perdas em caixa e equivalentes de caixa.

Partes relacionadas

O saldo com partes relacionadas, são mútos com baixo risco de não recebimento.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da diretoria da Companhia com bases nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
Fornecedores	2	3
Partes relacionadas	43.726	48.628
Total	43.728	48.631
Passivo circulante	28.728	20.024
Passivo não circulante	15.000	28.607

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposto a riscos relacionados às taxas de juros, em função de aplicações financeiras, empréstimos e contas a pagar, expostas, principalmente, à variação do CDI e IPCA. A direção da Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, utilizando-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar o impacto destes riscos.

A exposição líquida de taxas de juros está demonstrada no quadro a seguir:

	31/03/2024	31/03/2023
Ativo		
Equivalentes de caixa	145	-
Total	145	110
Passivo		
Contas a pagar partes relacionadas	35.792	34.252
Empréstimos partes relacionadas (Rio Grande)	-	5.628
Total	35.792	39.880

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade - risco de taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31 de março de 2024. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir:

Cenário I: Corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras;

Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;

Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;

Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e

Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Instrumentos	Exposição em 31 de março de 2024	Risco	Taxa	Cenários		Apreciação		Deterioração	
				Provável	Taxa	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%
Ativos financeiros									
Equivalentes de caixa	145	CDI	12,35%	18		4	9	(4)	(9)
				18		4	9	(4)	(9)
Passivos financeiros									
Contas a pagar partes relacionadas	35.792	IPCA	3,93%	(1.407)		(352)	(703)	352	703
				(1.407)		(352)	(703)	352	703

Fonte: A informação da CDI foi extraída da base da CETIP e IPCA foi extraída da base IBGE

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda (dólar norte-americano) em parte de seus empréstimos tomados em moeda diferente da moeda funcional.

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em USD mil):

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Empréstimos partes relacionadas (Rio Grande)	-	<u>1.107</u>
	-	<u>1.107</u>

11. Eventos subsequentes

Recebimento de dividendos

Em 29 de abril de 2024 houve o recebimento de R\$ 5.296 referente a distribuição de dividendos da investida Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações decorrente dos lucros acumulados constantes no balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2024.

JF Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* * *

Conselho de Administração

Conselheiros

José Francisco de Fátima Santos
Presidente

Luiz Gustavo Turchetto Santos
Francisco José Turchetto Santos
João Gilberto Bosa

Diretoria executiva

José Francisco de Fátima Santos
Luiz Gustavo Turchetto Santos

Contador

Romualdo Miranda
CRC TC 1SP098732/O-5